

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO

LOCAL DA REUNIÃO: CASA DOS NOURA

HORA DE ABERTURA: 09H30 HORAS

PRESENCAS:

JOSÉ RODRIGUES PAREDES – PRESIDENTE

LUÍS MANUEL MADUREIRA ALMEIDA – VEREADOR

VÍTOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA – VEREADOR

ANA ISABEL PINTO VIEIRA – VEREADORA

SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES – VEREADORA

CÉSAR FILIPE FERREIRA SEIXAS – VEREADOR

MAFALDA LOPES MENDES – VEREADORA

FALTAS JUSTIFICADAS:

NÃO HOUE

SECRETARIOU: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE
COMUNICAÇÃO E IMAGEM, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

HORA DE ENCERRAMENTO: 12h00 HORAS

ORDEM DO DIA

1	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
1.1	Presente Ata n.º 19/2026 de 4 de setembro.	X		
1.2	Presente Proposta da Presidência n.º 47 propondo a 3ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026 e 3ª Alteração ao Mapa Anual de Recrutamentos para 2026.	X ⁽¹⁾		
1.3	Presente Proposta da Presidência n.º 46 propondo a consolidação de mobilidade intercarreiras.	X		
1.4	Presente Proposta da Presidência n.º 48 referente a pedido de isenção da taxa devida pela emissão de Licença Especial de Ruído – “Noite de Fados na Estação” – Junta de Freguesia do Pinhão.	X		

2	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
2.1	Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/09/14, apresentando um total de disponibilidades de 9.236.634,20€, sendo 7.780.468,56€ de dotações orçamentais e 1.456.165,64€ de dotações não orçamentais.		X	
2.2	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/835 propondo a 25ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - permutativa.		X	
2.3	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/850 propondo a 26ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - permutativa.		X	
2.4	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/877 propondo a 27ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - permutativa.		X	
2.5	Presente informação DAF/CTBPAT/s-UOF-CP/2026/880 referente a proposta de Regulamento Municipal de Taxa Turística.	X		
2.6	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/2026/875 propondo amortização antecipada EQ BEI PT2020 – Operação NORTE-04-2316-FEDER-000347 “Requalificação do Bairro da Arcã”.	X		
2.7	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/2026/895 referente a proposta de revisão de Regulamento Municipal de Taxas e Preços.	X		
2.8	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/2026/896 propondo a 28ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - modificativa.	X ⁽¹⁾		

3	DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
3.1	Presente informação DUOT/SUOF-AAUOT/UOT/789 referente à emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 620 da União de	X		

	Freguesias de Castedo e Cotas. Contém proposta de indeferimento.			
3.2	Presente informação DUOT/SUOF-AAUOT/UOT/755 referente à emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 20 da freguesia do Pinhão. Contém proposta de deferimento.	X		

4	DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
4.1	Presente informação DCED/DCESDJ/658 referente ao pedido de apoio não financeiro apresentado pela Fábrica da Igreja do Castedo, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó. Contém minuta do Contrato-Programa.	X		
4.2	Presente informação DCED/SUOF-AACED/CED/860 referente a pedido de alteração de escalão de apoio, no âmbito da ação social escolar – ano letivo 2026/2027.	X		
4.3	Presente informação DCED/2026/853 referente ao pedido de cedência do Estádio Municipal, apresentado pela Associação Desportiva e Cultural dos Veteranos Alijoenses, para a época desportiva 2026/2027. Contém minuta do Contrato-Programa.	X		
4.4	Presente informação DCED/DCESDJ/305 referente ao pedido de apoio especial financeiro apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Casal de Loivos, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó. Contém Proposta da Presidência n.º 45 e minuta do Contrato-Programa.	X		
4.5	Presente informação DCED/SUOF-AACED/CED/894 referente a um pedido de cedência de transporte da Associação Patinhas Felizes do Pinhão.	X		

5	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
5.1	Presente informação DOSU/843 referente a proposta de atribuição de números de polícia para o Conjunto Habitacional de Pegarinhos sito em Estrada para Castorigo, na Freguesia de Pegarinhos, nos termos do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Alijó.	X		
5.2	Presente informação DOSU/2026/874 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à "Prestação de Serviços de Recolha, Transporte e Gestão de Resíduos Urbanos dos Concelhos do Vale do Douro- Norte (Alijó e Sabrosa) incluindo o fornecimento, manutenção e limpeza dos equipamentos de deposição de resíduos", para abertura do procedimento concursal.	X ⁽¹⁾		

5.3	Presente informação DOSU/2026/889 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Construção no Novo Posto Territorial da GNR de Alijó – Execução do Projeto”, para abertura do procedimento concursal.	X⁽¹⁾		
5.4	Presente informação DOSU/2026/885 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Ecocentro – Alijó + Sustentável - Construção”, para abertura do procedimento concursal.	X⁽¹⁾		
5.5	Presente informação DOSU/2026/886 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à “Aquisição de combustíveis rodoviários em Postos de Abastecimento Públicos e Aquisição de Óleos e Lubrificantes para o ano de 2027”, para abertura do procedimento concursal.	X⁽¹⁾		
5.6	Presente informação DOSU/2026/879 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Sistema de Ligação à Rede Distribuição de Água ao Concelho de Alijó – Ligação à Rede em Vila Verde-Perafita, Vila Verde, Vale de Agodim, Balsa, Souto de Escarão e Fundões”, para abertura do procedimento concursal.	X⁽¹⁾		
5.7	Presente informação DOSU/2026/883 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Sistema de Ligação à Rede Distribuição de Água ao Concelho de Alijó – Ligação à Rede – Alto do Pópulo e Freixo”, para abertura do procedimento concursal.	X⁽¹⁾		
5.8	Presente informação DOSU/2026/887 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente ao Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM -AQ/105/2024), promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) com o ID BASE n.º 7359579 e publicação em DRE nº 27290/2024”, para abertura do procedimento concursal.	X⁽¹⁾		
5.9	Presente informação DOSU/2026/888 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Bio Território-Requalificação de 3 Antigas Escolas Primárias em Vila Verde - Execução”, para abertura do procedimento concursal.	X⁽¹⁾		

6	DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
6.1	Presente informação DEE/EE/sUOF-AAEE/881 referente à implementação do Regime de Taxas do Balcão Único do Prédio (BUPi) – Adaptação ao Decreto-Lei n.º 87/2026, de 15 de abril.	X⁽¹⁾		

7	UNIDADE DE CONTROLO INTERNO E JURÍDICO	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
7.1	Presente informação 2026/UCIJ – 852 referente ao pedido de apoio técnico e jurídico apresentado pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.	X ⁽¹⁾		

(1) – Para submissão à Assembleia Municipal

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara Municipal cumprimenta os presentes.

Dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Começa por apresentar um voto de profundo pesar, aprovado por unanimidade, pelo falecimento da Senhora Armanda de Oliveira Peres Teixeira da Silva, mãe do atual Presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio, Paulo Silva.

Posteriormente, dirige uma palavra à comunidade escolar do concelho, formulando votos de um excelente ano letivo.

De igual modo, deseja um excelente ano escolar para todos os envolvidos na universidade sénior de Alijó cujas inscrições se encontram abertas.

Destaca a requalificação do Jardim de Infância de Vilar de Maçada, uma excelente renovação dos espaços interiores e exteriores daquele estabelecimento de ensino, bem como o seu apetrechamento funcional, e endereça os seus parabéns à freguesia de Vilar de Maçada e à respetiva comunidade escolar, pois dispõem, agora, de um equipamento educativo com todas as condições para potenciar o sucesso escolar.

Expressa, também, os seus parabéns à Junta de Freguesia de Favaios e Adega Cooperativa de Favaios pela organização de mais uma edição do Festival do Moscatel, em colaboração e apoiada pelo Município de Alijó.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes e associa-se àquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara.

Começa por formular votos de um excelente ano letivo para toda a comunidade escolar e universidade sénior.

Destaca a inauguração da requalificação do Jardim de infância de Vilar de Maçada e o Festival do Moscatel de Favaios, deixando os parabéns à junta de Freguesia e Adega Cooperativa.

Agradece aos trabalhadores do município envolvidos no levantamento dos prejuízos causados pelas intempéries do inverno passado.

Dá nota de uma reunião havida na UTAD sobre gestão integrada de riscos de incêndios florestais, promovida pela CAP.

Informa que no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Município, a Dstelecom está a executar intervenções de expansão da rede de fibra ótica, elevando a cobertura para cerca de 98 % do território.

A Vereadora Sónia Pires (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes, associa-se ao que foi dito, e destaca a intervenção de requalificação provida pelo Município de Alijó que renovou os espaços interiores e exteriores do Jardim de Infância de Vilar de Maçada. Deixa agradecimentos à Junta de Freguesia e à IPSS de Vilar de Maçada que colaboraram com o Município naquela resposta educativa, jardim de infância, durante o período em que o espaço escolar esteve em obras.

Formula votos de enorme sucesso, e boas-vindas, para toda a comunidade escolar neste novo ano letivo. De igual modo, formula votos de sucesso para todas as associações desportivas que vão reiniciar as respetivas atividades.

Informa que dia 28 será comemorado o Dia Mundial do Turismo, convidando todos para o evento que o Município vai promover nesse dia.

Informa, também, que estão abertas as inscrições para o programa “Diabetes em Movimento”, às segundas, quartas e sextas, no complexo das piscinas municipais.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes, associa-se ao que já foi dito.

Começa também por formular votos de um excelente ano letivo para toda a comunidade educativa concelhia, para os alunos que vão iniciar o seu percurso na universidade, e, também, para a comunidade da universidade sénior cujas inscrições estão a decorrer.

Realça a requalificação da escola de Vilar de Maçada, onde funciona o Jardim de Infância, pela harmonia entre a escola tecnológica e a escola da natureza envolvente.

Deixa os seus parabéns à Junta de Freguesia de Favaio, à Adega Cooperativa de Favaio e ao Município de Alijó pela organização conjunta de mais uma edição do Festival do Moscatel.

Informa que no dia 15 de setembro, realizou-se um plenário do Conselho Local de Ação Social de Alijó que reuniu diversas entidades do concelho, nomeadamente Juntas de Freguesia, IPSS e outras instituições com intervenção na área social.

A sessão contou com a presença do novo Diretor do Centro Distrital da Segurança Social, Dr. Luís Nicolau. Não tendo conhecimento prévio da sua participação, registou com particular satisfação a sua presença, e, sobretudo, a disponibilidade demonstrada para promover uma relação de maior proximidade e articulação entre o Instituto da Segurança Social e as instituições locais.

O Dr. Luís Nicolau demonstrou também abertura para ouvir diretamente as IPSS, que tiveram oportunidade de apresentar algumas das suas preocupações.

Neste contexto, informa que aproveitou a oportunidade para lançar o desafio de promover, em Alijó, uma sessão de esclarecimento dirigida às IPSS, com a participação dos técnicos da Segurança Social que acompanham e articulam diretamente com as instituições.

Este pedido surge na sequência das questões que têm vindo a ser identificadas no âmbito das “Conversas Técnicas”, promovidas por um grupo de trabalho com as IPSS do concelho de Alijó, e pretende criar um espaço de apoio, partilha e uniformização de procedimentos, permitindo às instituições colocar diretamente as suas dúvidas e obter orientações por parte dos serviços competentes.

Expressou entender que a relação entre a Segurança Social e as instituições deve assentar numa lógica de proximidade, prevenção e acompanhamento, contribuindo para que as IPSS disponham, atempadamente, da informação e das orientações necessárias ao cumprimento das suas obrigações e à melhoria contínua dos serviços que prestam à comunidade.

Assumiu, ainda, que esta abordagem preventiva é particularmente importante para evitar que situações que possam ser esclarecidas ou corrigidas previamente venham posteriormente a ser identificadas em ações de fiscalização e possam dar origem a advertências ou até coimas.

Por último, salientou que é também neste espírito que o Município de Alijó tem procurado trabalhar com as IPSS, estar próximo, ouvir, apoiar e facilitar a articulação com as diferentes entidades, procurando contribuir, dentro das competências e possibilidades do Município, para que as instituições possam desenvolver o seu trabalho, oferecendo respostas sociais em tempo útil.

O Vereador Luís Almeida (PS), cumprimenta os presentes, e deixa em ata as declarações seguintes:

“1. Deixamos uma nota de satisfação pela conclusão das obras no Jardim de Infância de Vilar de Maçada. Além da magnífica envolvente com uma soberba vista, as crianças têm agora um espaço mais rico e desafiante para diariamente explorarem o conhecimento.

2. Não podemos deixar de assinalar e enaltecer o sucesso de mais uma edição do Festival do Moscatel, realizado no passado fim de semana em Favaios. Este evento continua a afirmar-se como uma referência na promoção do nosso território, valorizando um dos produtos mais emblemáticos do concelho, dinamizando a economia local e projetando o nome de Favaios para além das fronteiras da região.

Uma palavra de parabéns à Junta de Freguesia, todos os expositores, voluntários, artistas, expositores e entidades envolvidas na organização, bem como a todos os visitantes que contribuíram para o ambiente de celebração e convívio que caracterizou o certame.

3. No decurso do procedimento para a empreitada de requalificação do muro do Posto da GNR do Pinhão, na publicação em DR foi indicada “uma anomalia técnica na plataforma eletrónica de contratação pública que impossibilitou a entidade convidada de submeter a respetiva proposta”. Gostaria de obter informações sobre a tipologia de anomalia a que se refere este descritivo.

4. A realização da terceira sessão das “Conversas de Copo na Mão”, em Favaios, constitui uma oportunidade importante para refletir sobre os desafios que se colocam à Região Demarcada do Douro, reunindo à mesma mesa representantes das partes interessados da produção do vinho. A vindima de 2026 está a expor uma crise profunda, sentida diariamente pelos viticultores, marcada pela quebra de rendimentos, pela dificuldade de escoamento da produção, pela incerteza dos mercados e pelo aumento dos custos de exploração. É positivo que as instituições conversem e debatam o futuro da região. Mas os produtores esperam agora que estas reflexões se traduzam em decisões concretas. O governo anunciou medidas imediatas que, sendo mais ou menos questionáveis, podem mitigar algum do feito do que se passa. Mas falta dar

operacionalidade a uma estratégia de fundo. E, sobre isso, pouco ou nada se ouviu. Os viticultores não querem subsídios, querem soluções e estão disponíveis para, seriamente pensar sobre elas.

5. Amanhã realiza-se a Noite de Fados organizada pela Associação Terra Maravilhosa, no Pinhão. Um momento muito importante que, infelizmente, por compromissos associativos não poderei acompanhar mas que não deixa de ser uma iniciativa que enaltece e dá vida a uma das praças do nosso concelho. O ambiente será certamente intimista e de grande cumplicidade. Parabenizamos a Associação Terra Maravilhosa pela excelente ideia.

6. O Vereador Vítor Ferreira referiu-se aos relatórios referentes à tempestade Kristen. Gostaria de perceber quais serão os próximos passos do processo e datas relevantes para os apoios finalmente chegarem.

7. A propósito da instalação da rede de fibra ótica que se saúda e deixando a recomendação de ver, a curto prazo, Safres e Amieiro incluídas na rede, gostaria de chamar a atenção para um aspeto não diretamente relacionado com este investimento em particular mas que tem proliferado pelo concelho: a degradação do espaço público provocado pelos cabos aéreos de telecomunicações. Há municípios que tem regulamentações nesta matéria para evitar que haja atravessamentos e acumulação de cabos e postes e Alijó tem que prosseguir no caminho de resolver as situações que começam a ser incomodativos do ponto de vista visual e, acredito, também técnico oferecendo aos munícipes um melhor espaço público.

8. Felicitar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Favaio pelo seu 111.º Aniversário e desejar a continuidade da sua tão importante e ativa ação na comunidade.”

A Vereadora Ana Vieira (PS) cumprimenta os presentes, faz votos de um bom ano escolar para toda a comunidade educativa, e destaca a requalificação da escola de Vilar de Maçada onde funciona o Jardim de Infância, pois contribui para potenciar o sucesso escolar de quem o frequenta.

Formula votos de sucesso para todas as associações desportivas que vão iniciar a sua atividade.

Deixa os parabéns à junta de Freguesia de Favaio, Município de Alijó e Adega Cooperativa de Favaio pela organização conjunta do Festival do Moscatel, um produto que tem enorme importância na economia de muitas famílias da freguesia de Favaio e do concelho.

O Vereador César Seixas (PS) cumprimenta os presentes e deixa as seguintes declarações:

“Para não nos alongarmos mais neste período, associo-me às palavras do Vereador Luís Almeida.

Quero, no entanto, deixar uma palavra de reconhecimento à Senhora Vereadora Mafalda Mendes pela parceria que conseguiu estabelecer com o novo Diretor da Segurança Social.

Quem trabalha ou acompanha de perto a realidade das IPSS conhece bem as dificuldades que, por vezes, existem na relação com a Segurança Social, pelo que considero importante reconhecer quando se conseguem estabelecer pontes e criar uma relação de proximidade e colaboração.

Penso que esta parceria poderá ser muito importante para o nosso concelho e, sobretudo, para as nossas instituições e para as pessoas que delas dependem.”

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) explica que os ramais de ligação das comunicações está a ser acompanhado pelo Município de modo a minimizar o impacto visual dessas mesmas ligações entre a distribuição e as casas dos utilizadores.

Quanto ao processo de acompanhamento das candidaturas à indemnizações pelos prejuízos das intempéries do inverno passado está na fase de análise pela CCDR, sendo que foram já feitos muitos pagamentos.

O Presidente da Câmara explica o processo em que “uma anomalia técnica na plataforma eletrónica de contratação pública impossibilitou a entidade convidada de submeter a respetiva proposta” e, por isso, a empreitada de requalificação do muro do Posto da GNR do Pinhão foi, novamente, posta a concurso.

O Presidente da Câmara dá por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo secretário foi dito: “Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que não participem na respetiva discussão e votação.”

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Presente Ata n.º 19/2026 de 4 de setembro.

Deliberação: aprovada, por unanimidade.

Ponto 1.2 - Presente Proposta da Presidência nº 47 propondo a 3ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026 e 3ª Alteração ao Mapa Anual de Recrutamentos para 2026.

Deliberação: aprovado, por maioria, com a abstenção dos vereadores do Partido Socialista, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas, a proposta da 3ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2026 e 3ª alteração ao Mapa de Recrutamentos para 2026. Mais foi deliberado, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º submeter à Assembleia Municipal para aprovação, conforme alíneas m) e o) do nº 1 do artigo 25º, todos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência nº 46 propondo a consolidação de mobilidade intercarreiras.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a consolidação de mobilidade intercarreiras nos termos da proposta.

Ponto 1.4 - Presente Proposta da Presidência nº 48 referente a pedido de isenção da taxa devida pela emissão de Licença Especial de Ruído – “Noite de Fados na Estação” – Junta de Freguesia do Pinhão.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, o pedido de isenção da taxa devida pela emissão de Licença Especial de Ruído à entidade requerente, nos termos e fundamentos da proposta da presidência.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/09/14, apresentando um total de disponibilidades de 9.236.634,20€, sendo 7.780.468,56€ de dotações orçamentais e 1.456.165,64€ de dotações não orçamentais.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/835 propondo a 25ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.3 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/850 propondo a 26ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.4 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/877 propondo a 27ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.5 – Presente informação DAF/CTBPAT/s-UOF-CP/2026/880 referente a proposta de Regulamento Municipal de Taxa Turística.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a proposta de Regulamento Municipal de Taxa Turística. Mais foi deliberado o envio para consulta pública, nos termos do art.º 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias.

O Executivo Permanente (PPD/PSD.CDS-PP) apresentou as seguintes declarações:

“Senhoras e Senhores Vereadores,

Há decisões que são fáceis. E há decisões que são necessárias.

Esta é uma decisão necessária. E assumimo-la politicamente.

A criação da Taxa Turística Municipal não é uma decisão contra o turismo. É uma decisão a favor de um turismo mais responsável, mais sustentável e mais justo.

Estamos, aliás, a cumprir um compromisso eleitoral: queremos mais turismo no Concelho de Alijó. Mais visitantes. Mais investimento. Mais atividade económica. Mais emprego. Mais oportunidades.

Mas também dissemos uma coisa essencial: crescer não pode significar deixar os custos do crescimento para os outros.

O turismo cresceu. A procura aumentou. A capacidade de alojamento aumentou. A atividade turística ganhou peso na economia local.

Tudo isto é positivo.

Mas governar não é olhar apenas para os benefícios. É também assumir os custos.

Mais visitantes significam maior utilização do espaço público. Mais limpeza. Mais manutenção. Mais pressão sobre infraestruturas. Mais exigências sobre o território. Mais necessidade de preservar património, reforçar a oferta cultural e garantir capacidade de acolhimento e promoção.

E alguém tem de suportar esses custos.

A pergunta é simples: Devem ser sempre os mesmos a pagar?

Devem os contribuintes do Concelho de Alijó suportar, sozinhos, os custos adicionais provocados pelo crescimento turístico?

Entendemos que não.

Porque esta não é uma questão de esquerda ou de direita. Não é uma questão de gostar ou não gostar de turismo.

É uma questão de justiça.

Quem beneficia também deve contribuir. Quem utiliza também deve participar.

O Concelho de Alijó é território do Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial da UNESCO. É vinho, paisagem, património, cultura e pessoas. É também uma porta de entrada num destino turístico de dimensão nacional e internacional.

No Pinhão, esta realidade é particularmente evidente.

Chegam visitantes. Aumenta a pressão sobre o espaço público. Aumentam as exigências sobre o Município.

E não podemos fingir que nada disso acontece.

Governar é reconhecer a realidade. É antecipar. É decidir.

Por isso, a taxa deve ser entendida pelo que verdadeiramente é: um instrumento de política pública.

Não queremos cobrar por cobrar.

Queremos cobrar para reinvestir.

Queremos que parte do valor gerado pelo turismo permaneça no território e se transforme em melhor espaço público, património valorizado, oferta cultural, qualidade, promoção e melhores condições de acolhimento.

E queremos que os nossos agricultores, enquanto fazedores da paisagem classificada como património mundial, sejam ressarcidos do seu esforço também por via da taxa que agora propomos.

Porque há uma verdade que não podemos inverter: o território, e as suas pessoas, não existe para servir o turismo. O turismo deve contribuir para valorizar o território e as suas gentes.

E a primeira responsabilidade desta Câmara Municipal é para com quem aqui vive. Quem trabalha. Quem investe. Quem paga impostos. Quem cria os seus filhos. Quem permanece quando os visitantes regressam a casa.

É fácil falar dos benefícios do turismo. Mas, governar também é falar dos custos.

Por isso, sejamos claros: não estamos contra o turismo.

Estamos contra a ideia de que o crescimento turístico possa acontecer sem responsabilidade.

Não estamos contra os visitantes. Estamos a criar condições para os receber melhor.

Não estamos a fechar portas. Estamos a preparar o Concelho de Alijó para continuar a abri-las.

Porque deixar acontecer é esperar pelos problemas.

Governar é antecipá-los.

Queremos mais turismo. Mas turismo de qualidade.

Queremos mais visitantes. Mas um território preparado para os receber.

Queremos mais atividade económica. Mas uma atividade que ajude a qualificar o Concelho de Alijó.

Queremos desenvolvimento. Mas não qualquer desenvolvimento. Queremos desenvolvimento com equilíbrio.

Crescer sem perder identidade. Criar riqueza sem transferir todos os custos para a comunidade. Receber mais sem tornar pior a vida de quem cá está.

A questão política não é saber se queremos turismo.

Queremos.

É saber que turismo queremos.

Um turismo que traga riqueza, gere oportunidades, valorize o território, respeite os residentes e contribua para a capacidade do Concelho de Alijó continuar a acolher.

Por isso, esta proposta não é uma penalização. É responsabilidade.

Não é um travão.

É planeamento.

Não é fechar portas.

É preparar o território para continuar a receber os turistas de portas abertas.

E não é fazer pagar quem nos visita para aliviar quem cá vive.

É repartir com justiça os custos de um território que queremos continuar a afirmar.

Porque o Concelho de Alijó tem muito para oferecer.

E queremos continuar a oferecer.

Mas com uma condição: quem cá vive não pode ficar sempre com a conta.

É por isso que assumimos esta decisão.

Com responsabilidade.

Com transparência.

Com sentido de futuro.

Mais turismo, sim.

Mais desenvolvimento, sim.

Mas com responsabilidade.

Com equilíbrio.

Com justiça.

E, acima de tudo, com o Concelho de Alijó e com as suas gentes em primeiro lugar. É esta a opção política- a criação da Taxa Turística - que submetemos à apreciação e votação desta Câmara Municipal.”

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram as seguintes declarações:

“Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Alijó, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas, votam favoravelmente a proposta de Regulamento Municipal de Taxa Turística querendo deixar, contudo, algumas reflexões sobre a matéria.

Assim,

1. Consideramos que a criação de uma taxa turística corresponde a uma medida necessária e adequada à realidade atual do concelho, atendendo ao crescimento da atividade turística, ao aumento do número de visitantes e à crescente pressão exercida sobre as infraestruturas, equipamentos e serviços públicos municipais.
2. Entendemos que é justo e equilibrado aplicar o princípio do utilizador-pagador, permitindo que os visitantes contribuam para os custos associados à atividade turística e para a preservação e valorização do território que visitam.
3. Assinalamos igualmente que a implementação de uma taxa turística constitui uma proposta defendida pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral para o concelho de Alijó, onde foi expressamente preconizada a criação desta medida em articulação com os operadores e com o objetivo de mitigar os impactos da atividade turística no território.
4. Consideramos que a taxa turística deve ser entendida como um instrumento de desenvolvimento territorial sustentável, contribuindo não apenas para a promoção turística e para a qualificação da oferta, mas também para a preservação do património paisagístico e cultural que constitui a principal base da procura turística do nosso concelho.
5. Neste contexto, entendemos ser particularmente importante que a futura aplicação das receitas geradas pela taxa turística tenha em consideração a valorização da paisagem duriense e da atividade vitivinícola, reconhecendo o papel fundamental dos viticultores na conservação do território, da paisagem classificada e da identidade que sustenta a atratividade turística de Alijó.
6. Não obstante o nosso sentido de voto favorável, verificamos que o regulamento define de forma genérica os objetivos de aplicação da receita arrecadada, não estabelecendo mecanismos concretos de distribuição das verbas, critérios de afetação ou instrumentos regulares de prestação de contas à comunidade.
7. Atendendo ao difícil período que atravessamos, consideramos mesmo que a receita gerada por esta taxa turística deve priorizar, neste momento, mecanismos de apoio aos viticultores por forma a manter a atividade económica que permite o turismo na região. O artigo 6.º generaliza demasiado a aplicabilidade da receita e não refere explicitamente a viticultura como ponto de chegada desta medida. Essa insuficiência preocupa-nos.
8. O nosso concelho recebe anualmente cerca de 140 mil passageiros através da estação do Pinhão em serviço comercial (dados IP em 2022) e perto de 14 mil passageiros em serviços turísticos (dados em notícias da comunicação social). Consideramos que o transporte ferroviário destinado exclusivamente ao turismo também deveria estar enquadrado neste regulamento. Referimo-nos aos serviços de valor acrescentado e excluindo o serviço comercial regular, informalmente designado por MiraDouro.

9. Consideramos, por isso, desejável que, num prazo curto após a entrada em vigor do regulamento, sejam definidos mecanismos de transparência e acompanhamento, designadamente através da divulgação anual das receitas arrecadadas, dos investimentos realizados e dos resultados alcançados, bem como através do envolvimento dos operadores turísticos, agentes económicos e representantes dos setores diretamente relacionados com o turismo. Tal poderá acontecer no âmbito da Comissão de Acompanhamento que o Regulamento prevê que seja criada.

10. Entendemos ainda que a experiência resultante da aplicação inicial da taxa deverá permitir avaliar e aperfeiçoar o regulamento, de forma a garantir que este instrumento contribui efetivamente para o desenvolvimento sustentável do concelho e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Por considerarmos que a medida é necessária, urgente e estratégica para o futuro do concelho, sem prejuízo dos aperfeiçoamentos que entendemos que devem ser promovidos no curto prazo, os vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente a presente proposta.”

Ponto 2.6 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/2026/875 propondo amortização antecipada EQ BEI PT2020 – Operação NORTE-04-2316-FEDER-000347 “Requalificação do Bairro da Arcã”.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a amortização antecipada de um empréstimo elaborado no âmbito do financiamento da candidatura com o código universal NORTE-04-2316-FEDER-000347 “Requalificação do Bairro da Arcã”, nos termos e fundamentos da informação técnica.

Ponto 2.7 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/2026/895 referente a proposta de revisão de Regulamento Municipal de Taxas e Preços.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a proposta de revisão de Regulamento Municipal de Taxas e Preços. Mais foi deliberado o envio para consulta pública, nos termos do art.º 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias.

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram as seguintes declarações:

“Consideramos que a deliberação que hoje nos é solicitada se refere à aprovação de uma proposta que será submetida a discussão pública. Reservamo-nos, por isso, para uma eventual análise mais cuidada e detalhada do documento, no momento de aprovação final. A orientação de voto que hoje expressamos é no contexto do início da discussão pública deste regulamento.

Desde já, deixamos alguns comentários:

1. O estudo económico-financeiro foi elaborado em 2026, mas assenta nos dados contabilísticos de 2023, assumindo expressamente que os custos utilizados são os desse exercício, o que nos levanta a questão de porque é que um regulamento que entrará em vigor em 2027 utiliza uma estrutura de custos com quatro anos de diferença? Houve alterações salariais, inflação, energia, combustíveis e custos operacionais significativos desde 2023. O executivo pode estar a fundamentar aumentos com dados desatualizados.

Não questionamos a necessidade de rever taxas, mas questionamos se a Câmara está a aprovar um regulamento para os próximos anos baseado numa fotografia económica de 2023.

2. O relatório assume frequentemente: ocupação máxima dos equipamentos; utilização total da capacidade instalada; tempos médios de processos administrativos; repartição genérica dos custos indiretos. Temos dúvidas sobre este pressuposto. Há equipamentos, na esfera de aplicação das taxas previstas neste regulamento, que não apresentam ocupação máxima do espaço.

3. Será prudente o aumento verificado em vários atos urbanísticos atendendo ao nosso contexto sociodemográfico? - É uma reflexão que o período de discussão pública que se segue poderá esclarecer.

4. O documento detalha custos e fórmulas, mas não apresenta: receita expectável; comparação com o regulamento atual; impacto nos municípios; impacto nas empresas locais; impacto no investimento. Quanto prevê arrecadar a Câmara com este novo regulamento relativamente ao atual?

Defendemos que a consulta pública deve ser aproveitada para melhorar o documento, reforçar a transparência e apresentar aos municípios uma estimativa clara dos ganhos e dos encargos decorrentes desta revisão. Mais do que aprovar os termos do regulamento, sobre os quais manifestamos reservas nos itens anteriormente indicados, aprovamos nesta sessão a possibilidade deste regulamento ser apresentado publicamente aos interessados para que estes se pronunciem e que o tempo que decorrerá até à aprovação final seja consumido num aperfeiçoamento do mesmo.”

Ponto 2.8 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/2026/896 propondo a 28ª alteração aos documentos previsionais de 2026 - modificativa.

Deliberação: aprovada, por unanimidade. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para aprovação, para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do mesmo diploma.

3. DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 3.1 – Presente informação DUOT/SUOF-AAUOT/UOT/789 referente à emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 620 da União de Freguesias de Castedo e Cotas. Contém proposta de indeferimento.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o indeferimento do pedido de dispensa de licença de utilização, conforme informação técnica.

Ponto 3.2 – Presente informação DUOT/SUOF-AAUOT/UOT/755 referente à emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 20 da freguesia do Pinhão. Contém proposta de deferimento.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de certidão de dispensa de utilização do prédio urbano, conforme informação técnica.

4. DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE

Ponto 4.1 – Presente informação DCED/DCESDJ/658 referente ao pedido de apoio não financeiro apresentado pela Fábrica da Igreja do Castedo, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó. Contém minuta do Contrato-Programa.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio não financeiro no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta do Contrato-Programa.

Ponto 4.2 – Presente informação DCED/SUOF-AACED/CED/860 referente a pedido de alteração de escalão de apoio, no âmbito da ação social escolar – ano letivo 2026/2027.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atualização do escalão de ação social escolar, nos exatos termos da informação técnica.

Ponto 4.3 – Presente informação DCED/2026/853 referente ao pedido de cedência do Estádio Municipal, apresentado pela Associação Desportiva e Cultural dos Veteranos Alijoenses, para a época desportiva 2026/2027. Contém minuta do Contrato-Programa.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a cedência do Estádio Municipal, nos termos e fundamentos da informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta do Contrato-Programa.

Ponto 4.4 – Presente informação DCED/DCESDJ/305 referente ao pedido de apoio especial financeiro apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Casal de Loivos, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó. Contém Proposta da Presidência n.º 45 e minuta do Contrato-Programa.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Casal de Loivos, no valor de 25.000,00€, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta do Contrato-Programa.

Ponto 4.5 – Presente informação DCED/SUOF-AACED/CED/894 referente a um pedido de cedência de transporte da Associação Patinhas Felizes do Pinhão.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pedido de cedência de transporte da Associação Patinhas Felizes, nos termos e fundamentos da informação técnica.

5. DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Ponto 5.1 – Presente informação DOSU/843 referente a proposta de atribuição de números de polícia para o Conjunto Habitacional de Pegarinhos sito em Estrada para Castorigo, na Freguesia de Pegarinhos, nos termos do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Alijó.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a proposta de atribuição de números de polícia para o Conjunto Habitacional de Pegarinhos, sito em Estrada para Castorigo, na Freguesia de Pegarinhos, nos termos do art.º 24.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Alijó.

Ponto 5.2 - Presente informação DOSU/2026/874 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à “Prestação de Serviços de Recolha, Transporte e Gestão de Resíduos Urbanos dos Concelhos do Vale do Douro-Norte (Alijó e Sabrosa) incluindo o fornecimento, manutenção e limpeza dos equipamentos de deposição de resíduos”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 5.3 - Presente informação DOSU/2026/889 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Construção no Novo Posto Territorial da GNR de Alijó – Execução do Projeto”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 5.4 - Presente informação DOSU/2026/885 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Ecocentro – Alijó + Sustentável - Construção”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 5.5 - Presente informação DOSU/2026/886 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à “Aquisição de combustíveis rodoviários em Postos de Abastecimento Públicos e Aquisição de Óleos e Lubrificantes

para o ano de 2027”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 5.6 - Presente informação DOSU/2026/879 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Sistema de Ligação à Rede Distribuição de Água ao Concelho de Aljô – Ligação à Rede em Vila Verde-Perafita, Vila Verde, Vale de Agodim, Balsa, Souto de Escarão e Fundões”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 5.7 - Presente informação DOSU/2026/883 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Sistema de Ligação à Rede Distribuição de Água ao Concelho de Aljô – Ligação à Rede – Alto do Pópulo e Freixo”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 5.8 - Presente informação DOSU/2026/887 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente ao Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM - AQ/105/2024), promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) com o ID BASE n.º 7359579 e publicação em DRE nº 27290/2024”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto

no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 5.9 - Presente informação DOSU/2026/888 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Bio Território-Requalificação de 3 Antigas Escolas Primárias em Vila Verde - Execução”, para abertura do procedimento concursal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

6. DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 6.1 – Presente informação DEE/EE/sUOF-AAEE/881 referente à implementação do Regime de Taxas do Balcão Único do Prédio (BUPi) – Adaptação ao Decreto-Lei n.º 87/2026, de 15 de abril.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a implementação do Regime de Taxas do Balcão Único do Prédio (BUPi), nos termos e fundamentos da informação técnica. Mais foi deliberado, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º submeter à Assembleia Municipal para aprovação, conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

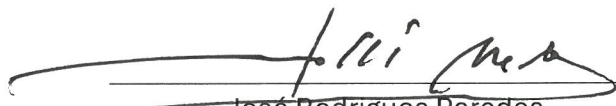
7. UNIDADE DE CONTROLO INTERNO E JURÍDICO

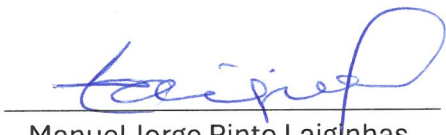
Ponto 7.1 – Presente informação 2026/UCIJ – 852 referente ao pedido de apoio técnico e jurídico apresentado pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio não financeiro, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, de natureza técnica e administrativa, nos termos propostos. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, para aprovação da atribuição do apoio, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º, n.º 1, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 2026/10/02 aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem, em regime de substituição, desta Autarquia.



José Rodrigues Paredes,
(Presidente da Câmara Municipal de Alijó)

Manuel Jorge Pinto Laiginhas,
(Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem,
em regime de substituição)